



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CIFORM
Identificação: CIDADE 9
Data: 14/01/2013

AVANÇO DA MARÉ

Não existem estudos sobre o solo da Beira-Mar

Ministério Público pediu interdição da avenida para tráfego de veículos pesados e vê descaso do município naquele local

■ O tráfego de veículos pesados pode ser proibido no sentido Sul/Norte da Avenida Beira-Mar entre o Iate Clube de Aracaju e a Avenida Anízio Azevedo. A solicitação de liminar para interdição do trecho foi feita pela Promotoria do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual - MPE -, através de ação civil pública ajuizada no fim do ano passado pela promotora Adriana Ribeiro. O objetivo é prevenir um possível colapso da balastrada que há algum tempo é castigada pela ação das marés. No entanto, o que chama a atenção é o fato de que não existem estudos técnicos aprofundados que servissem de embasamento para essa decisão.

O tema já é discutido há algum tempo. Com as modificações ocorridas no estuário do Rio Sergipe, as marés avançaram com força total na parede de proteção da Avenida Beira-Mar. Em algumas ocasiões, as águas ultrapassaram a mureta existente no local, chegando a invadir a pista. Como medida de segurança, o ponto de ônibus existente naquele trecho foi desativado. Com o tempo, aumentou a preocupação com a possibilidade de um colapso



Esgoto degradou o rio

da estrutura ocasionado por uma erosão do solo provocada pelo impacto das ondas. Um exemplo é a mudança, este ano, no trajeto de trilhos elétricos do Pré-Caju determinada por esse motivo.

A promotora Adriana Ribeiro explica que a ação do Ministério Público com o intuito de interditar a Beira-Mar foi uma medida preventiva, a fim de que a Prefeitura tome providências em relação ao problema. "Durante todo o ano de 2012, nós instruímos o município a realizar um processo investigatório sobre aquela área. Recebemos informações passadas ao longo do procedimento de que o solo apresentava indicativo

de riscos, que poderiam ser agravados em decorrência da ausência de obras. Diante da omissão do município, o MPE ajuizou a ação pleiteando a interdição da avenida", esclarece a promotora.

Adriana explica que o MPE aguarda a decisão judicial. A lei prevê um prazo para que o município se pronuncie antes que seja deferida a liminar. Mesmo com uma decisão favorável ao Ministério Público, a Prefeitura ainda poderá recorrer. "Estamos aguardando para ver se o nosso pleito será atendido. Normalmente, os juizes em primeiro grau nos concedem ganho, mas a tendência é que o município recorra", assegura a promotora.

Oswaldo Nascimento, ex-diretor da Empresa Municipal das Obras Urbanas - Emurb -, afirma que, desde o ano passado, a Prefeitura de Aracaju tem se preocupado com possíveis danos causados no local. Segundo ele, no primeiro semestre de 2012, foi contratada uma empresa para a idealização de um projeto para correção do problema ocasionado pelas correntes marítimas. "Nós contratamos o escritório do engenheiro Armando Brito, que desenvolveu o projeto para evitar que as águas continuem tendo a intensidade que têm hoje junto à murada da avenida", afirma Oswaldo.



Para promotora, o município foi omissivo

FALTA DE ANÁLISE

Um dos pontos que chamam a atenção é que não existe nenhuma análise técnica aprofundada sobre o solo da região que abalze uma decisão que interfere diretamente na vida de grande parte da população aracajuana. O próprio Oswaldo Nascimento é categórico ao afirmar que foram feitas diversas avaliações sobre as condições da estrutura na Avenida Beira-Mar, porém, todas elas resumindo-se a análises visuais. "Em qualquer instante que a gente percebesse que havia algum dano causado a essa contenção, naturalmente que fariamos a contratação de novos estudos para verificar se havia a possibilidade de colapso dessa estrutura de contenção ou até mesmo do pavimento da Beira-Mar", explica o ex-diretor da Emurb.

Armando Brito foi o engenheiro contratado para desenvolver o projeto de obra que pudesse conter a ação das marés. Segundo ele, o projeto está pronto e foi apresentado à Prefeitura em setembro do ano passado. Ele também confirma que não foi feita nenhuma análise aprofundada sobre a realidade do solo naquele trecho da avenida. "Fomos contratados para elaborar um projeto que resolvesse o problema do impacto sobre a murada. Nós não fomos contratados para fazer um diagnóstico do que

está lá. Não foi feito nenhum estudo detalhado. Fizemos os estudos necessários apenas para a execução da obra de contenção" esclarece.

Todavia, Armando utiliza sua experiência como engenheiro civil especialista em obras hidráulicas e portuárias para fazer um prognóstico. "É possível ver que temos uma possibilidade de colapso no local. É bastante provável que esteja ocorrendo a erosão. Temos a percepção de que a área está fragilizada, devido à constante ação do mar. Por isso, foi sensata a ação do Ministério Público em determinar a interdição da área".

Em comunicado, feito pela sua Assessoria da Comunicação, a Emurb confirma que o projeto elaborado não contemplava um estudo mais amplo do impacto da obra para a área circunvizinha. Por essa razão, a instituição deverá contratar um estudo em que será feita essa avaliação. "Contudo, a empresa continua fazendo o monitoramento permanente da área e, caso seja identificada qualquer erosão no local, a empresa tomará providências imediatas para solucionar o eventual problema, garantindo a segurança dos pedestres e condutores de veículos", afirma a nota. ■

► COMENTE ESTA MATÉRIA
opine@ciform.com.br